

Com a Estrutural, a conversa é outra

CORREIO BRAZILIENSE

13 ABR 1997

Governo tem planos mais ambiciosos para a área: quer instalar no local o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

Os moradores da invasão da Estrutural são acusados de prejudicar a fauna e a flora do Parque Nacional e alertados para a proximidade do Lixão, um enorme foco de doenças. Isso sem falar que os lençóis de água subterrâneos correm o risco de se misturar às fossas.

Na verdade, o Governo do Distrito Federal tem outros planos para a Estrutural. No local, deverá ser construído o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Scia). A área foge do controle do Instituto e do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan e Depha), já que não se encontra dentro dos limites do tombamento. Sua destinação é determinada pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).

Padrinho político da Estrutural, o deputado distrital José Edmar (-PSDB) protesta contra o descaso com a invasão, mas não deixa de defender o Acampamento da Telebrasília na Asa Sul. Em 1991, ele foi um dos deputados que votou a favor do projeto de lei de Eurípedes Camargo (PT). "Acho que as duas populações podem ser assentadas no lugar onde estão", afirma Edmar.

"Mexer na Telebrasília é mexer na história de Brasília. Memória não são só prédios. O povo é histórico", diz Eurípedes. Mas o Iphan está irredutível. "Não nos venham com essa falácia. Peguem essas pessoas que têm direito e transfiram-nas para outro lugar. A fixação não resolve o problema social delas", acredita Galvão.

ATÉ TELEFONE

Barracos de madeira e pequenas casas de tijolo se distribuem pelo terreno inclinado, em aparente desorganização. As ruas estreitas são de barro, mas a população tem luz elétrica e água encanada. Ainda falta rede de esgotos. No entanto, os moradores mais antigos têm até telefone.

Eles moram no Acampamento da Telebrasília, às margens do Lago

Paranoá, no final da Asa Sul. São funcionários públicos, diaristas e pequenos comerciantes. Para muitos, o lago é a única fonte de renda. Vivem da pesca, como Francisco Rodrigues Campos, 43 anos e 20 de invasão.

Quando não está com a canoa é a tarrafa no meio do lago, Francisco está em Santa Maria, vendendo seu peixe. "Ganho R\$ 700 por mês", conta. Tem esposa e cinco filhos. A maior dor de cabeça do pescador são os policiais que fazem a guarda no Paranoá e tentam evitar a pesca.

"Eles já me bateram. Sei que vão me bater de novo. Por isso, combinei com um amigo meu, que vai filmar tudo, como fizeram em São Paulo. Vou fingir que tô pescando. Eles vão vir e eu corro para perto do barraco, onde meu amigo vai ficar escondido", planeja.

A vida de Maria Machado Meireles, 65 anos, é um pouco mais tranquila. Esposa de um ex-funcionário da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), ela vive há 38 anos no acampamento. Hoje, o marido está desempregado e trabalha por conta própria. Os dois filhos estão casados.

"Nossa casa está mal cuidada. Mas vou reformar ela assim que o acampamento for regularizado. Eles pensam que estão lidando com bobos", diz. Para Maria, "eles" são todos os que estão contra a regularização da vila. "Estamos lutando por isso há muito tempo", afirma.

O Acampamento da Telebrasília surgiu em 1956, para abrigar funcionários da Construtora Camargo Corrêa. Em 1963, o local foi vendido para o Departamento Telefônico Urbano e Interurbano (-DTUI). Depois, para a Companhia Telefônica de Brasília (Cotelb) e, em seguida, para a Telebrasília. Daí, vem o atual nome do acampamento.

Na década de 70, várias famílias foram transferidas para o Guará e Ceilândia — na época, cidades recém-criadas, mas o acampamento continuou. Os moradores já pensavam na fixação do bairro.

Gláucio Dettmar



Maria Machado Meireles (D) vive há 38 anos no local e sonha com a regularização do Acampamento da Telebrasília